

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024.

Prezados Senhores,

A BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, localizada à Praia de Botafogo, nº 501, 5º Andar (Parte), Torre Corcovado, Botafogo, e inscrita no CNPJ/MF sob o número 59.281.253/0001-23, devidamente credenciada na CVM como administradora de carteira, de acordo com o Ato Declaratório CVM n.º 8695, de 20 de março de 2006 (“Administradora”), na qualidade de administradora do **ACCESS APEX EQUITY HEDGE FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**, inscrito no CNPJ/MF sob o número 26.831.986/0001-35 (“Fundo”), serve-se da presente para, devido ao não pronunciamento dos cotistas do Fundo referente a assembleia convocada em 5 de março de 2024 e programada para ocorrer no dia 22 de março de 2024, reconvocá-los para Assembleia Geral de Cotistas do Fundo, que ocorrerá no dia 29 de abril de 2024, às 10:00 horas (“Assembleia”), obedecidos os quóruns regulamentares, a fim de deliberarem sobre a ordem do dia abaixo estabelecida :

1. Aprovar a inclusão do Parágrafo Segundo do Artigo 1º do Regulamento do Fundo, que passará a vigor com a seguinte redação:

*“**Parágrafo Segundo** – O Regulamento observa, no que diz respeito às modalidades de investimento, as vedações estabelecidas pela Resolução do CMN nº 4.994/22 do CMN e alterações posteriores (“Resolução 4.994/22”), porém não os limites de alocação e concentração, não havendo responsabilidade e/ou compromisso por parte do ADMINISTRADOR e/ou do GESTOR, com o efetivo enquadramento do cotista que a alguma delas ela esteja sujeito.”*

2. Aprovar a alteração dos Artigos 4º e 5º do “CAPÍTULO III – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO”, de forma a refletir as alterações aplicáveis à política de investimento do Fundo em consonância com a alteração proposta na deliberação 1 acima, que passarão a vigor com a seguinte redação:

*“**Artigo 4º** - O FUNDO tem como objetivo buscar proporcionar aos seus quotistas a valorização de suas quotas através da aplicação em quotas do APEX EQUITY HEDGE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO (“Fundo Master”), inscrito no CNPJ sob o n.º 13.608.337/0001-28, bem como em outros títulos e modalidades operacionais permitidas pela regulamentação em vigor.*

***Parágrafo Único** - O objetivo do FUNDO, previsto neste Capítulo, não representa, sob qualquer hipótese, garantia do FUNDO, da sua ADMINISTRADORA ou de seu GESTOR quanto à segurança, rentabilidade e liquidez dos títulos componentes da carteira do FUNDO.*

***Artigo 5º** - As aplicações do FUNDO deverão estar representadas por, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) em cotas de fundos de investimento, nas modalidades regulamentadas pela CVM, sendo que a parcela correspondente aos*

5% (cinco por cento) remanescentes de seu patrimônio líquido pode ser aplicada em:

- (a) títulos públicos federais;
- (b) títulos de renda fixa de emissão de instituição financeira; e
- (c) operações compromissadas, de acordo com a regulação específica do Conselho Monetário Nacional – CMN;
- (d) cotas de fundos de índice que reflitam as variações e a rentabilidade de índices de renda fixa; e
- (e) cotas de fundos de investimento classificados como Renda Fixa, cujos sufixos sejam “Curto Prazo”, “Simples” ou “Referenciado”, e para este último desde que o respectivo indicador de desempenho seja a variação das taxas de depósito interfinanceiro (“CDI”) ou a SELIC.

Parágrafo Primeiro – Para fins tributários, as aplicações do FUNDO deverão estar representadas indiretamente pelos seguintes ativos:

<u>ATIVO</u>	<u>PERCENTUAL</u> (em relação ao patrimônio líquido do fundo)
ações admitidas à negociação em mercado organizado	no mínimo, 67%
bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações admitidas à negociação em mercado organizado	
cotas de fundos de ações e cotas dos fundos de índice de ações negociadas em mercado organizado	
Brazilian Depositary Receipts classificados como nível I, II e III	
cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento multimercado de tributação de renda variável	

Parágrafo Segundo - Os recursos excedentes da carteira podem ser aplicados em quaisquer outras modalidades de ativos financeiros, observados os limites de concentração previstos na regulamentação vigente e no presente Regulamento.

Parágrafo Terceiro – Os investimentos nos ativos financeiros listados no parágrafo primeiro acima não estarão sujeitos aos limites de concentração por emissor estabelecidos na regulamentação em vigor e nesse regulamento, sendo certo que a significativa concentração em ativos de poucos emissores pode aumentar os riscos do FUNDO.

Parágrafo Quarto – O FUNDO poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seu patrimônio líquido em cotas de um mesmo fundo de investimento, desde que respeitada a política de investimento prevista neste regulamento.

Parágrafo Terceiro - O FUNDO poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seus recursos em cotas de fundos de investimento administrados e/ou geridos por sua ADMINISTRADORA, GESTORA ou empresa a elas ligadas, respeitados os limites de diversificação previstos na legislação vigente.

Parágrafo Quarto – O FUNDO poderá aplicar indiretamente em cotas de demais fundos de investimentos, conforme limites da tabela abaixo:

<u>CLASSIFICAÇÃO DO FUNDO</u>	<u>PERCENTUAL</u> (em relação ao patrimônio líquido do fundo)	
	<u>PERCENTUAL INDIVIDUAL</u>	<u>PERCENTUAL EM CONJUNTO</u>
Cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento previstos na Instrução CVM 555	Até 100%	Até 100%
Cotas de fundos de investimento, destinados exclusivamente a investidores qualificados.	Até 20%	Até 20%
Cotas de fundos de investimento, destinados exclusivamente a investidores profissionais, administrados pela ADMINISTRADORA.	Até 5%	
Cotas de fundos de investimento, destinados exclusivamente a investidores profissionais, não administrados pela ADMINISTRADORA.	Vedado	
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e Cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.	Até 20%	Até 20%
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios não-padronizados, cotas de fundos de investimento em fundos de investimento em direitos creditórios não-padronizados	Vedado	
Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário – FII.	Até 20%	
cota de fundo de índice local atrelado a moedas digitais (“Ativos Digitais”).	Vedado	
Cotas de fundos de investimento em participações.	Vedado	

Parágrafo Quinto – Ficam vedadas as aplicações pelo FUNDO em cotas de fundos de investimento que invistam diretamente no FUNDO.

Parágrafo Oitavo – **O FUNDO PODERÁ APLICAR ATÉ 100% DE SEUS RECURSOS EM FUNDOS DE INVESTIMENTO QUE REALIZEM OPERAÇÕES NO MERCADO DE DERIVATIVOS**, desde que respeitadas as seguintes condições:

- (i) Obrigatoriedade de registro da operação ou negociação em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros ou em mercado de balcão organizado;*
- (ii) A atuação deve ser feita em câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação;*
- (iii) A margem requerida limitada a 15% (quinze por cento) da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações aceitos pela Clearing, sendo que não serão considerados os títulos recebidos como lastro em operações compromissadas, conforme previsto pela Resolução nº 4.994/22; e*
- (iv) O valor total dos prêmios de opções pagos limitado a 5% (cinco por cento) da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações da carteira de cada plano ou fundo de investimento.*

Parágrafo Nono - O FUNDO PODE APLICAR EM FUNDOS DE INVESTIMENTO QUE INVISTAM ATÉ 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE SEUS PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS EM ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS COMO CRÉDITO PRIVADO.

Parágrafo Décimo – O FUNDO MASTER PODERÁ APLICAR ATÉ 20% (VINTE POR CENTO) EM ATIVOS FINANCEIROS NEGOCIADOS NO EXTERIOR, desde que respeitados os limites previstos na regulamentação vigente, bem como os requisitos abaixo estabelecidos pela Resolução nº 4.994/22:

- (i) Os ativos financeiros emitidos no exterior com risco de crédito que componham a carteira dos fundos de investimento constituídos no Brasil de que tratam os incisos III e V do Art. 26 da Resolução 4.994/22 sejam classificados como grau de investimento por agência de classificação de risco registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou reconhecida por essa autarquia;*
- (ii) Os gestores dos fundos de investimentos constituídos no exterior estejam em atividade há mais de cinco anos e administrem montante de recursos de terceiros superior a US\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) na data do investimento; e*
- (iii) Os fundos de investimento constituídos no exterior possuam histórico de performance superior a doze meses.*

Parágrafo Décimo Primeiro - O FUNDO poderá, a critério do GESTOR, contratar quaisquer operações onde figurem como contraparte direta ou indiretamente a ADMINISTRADORA, o GESTOR ou as suas empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias sob controle comum, bem como quaisquer carteiras, fundos de investimento e/ou clubes de investimento administrados pela ADMINISTRADORA, GESTOR, ou pelas demais pessoas acima referidas.

Parágrafo Décimo Segundo - Caberá ao próprio cotista, sujeito à Resolução nº 4.994/22, o controle e a consolidação de seus investimentos mantidos no FUNDO com os demais investimentos por ele detidos por meio de sua carteira própria ou por meio de outros fundos que não estejam sob administração da ADMINISTRADORA, cabendo exclusivamente ao referido cotista assegurar que a totalidade de seus recursos estão em consonância com a Resolução nº 4.994/22, não cabendo à ADMINISTRADORA e/ou GESTOR a responsabilidade pela observância de

quaisquer outros limites, condições ou restrições que não aqueles expressamente definidos neste Regulamento.

Parágrafo Décimo Terceiro - É vedado ao FUNDO direta ou indiretamente:

- (i) Realizar operações de compra e venda, ou qualquer outra forma de troca de ativos entre planos de uma mesma EFPC;*
- (ii) Realizar operações de crédito, inclusive com suas patrocinadoras, ressalvados os casos expressamente previstos no art. 25 da Resolução nº 4.994/22;*
- (iii) Aplicar em ativos financeiros de emissão de pessoas físicas;*
- (iv) Aplicar em ativos financeiros de emissão de sociedades limitadas, ressalvados os casos expressamente previstos pela Resolução nº 4.994/22;*
- (v) Manter posições em mercados derivativos:*
 - a) a descoberto; ou*
 - b) que gerem possibilidade de perda superior ao valor do patrimônio da carteira ou do fundo de investimento ou que obriguem ao cotista aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo;*
- (vi) Realizar operações de compra e venda de um mesmo ativo financeiro em um mesmo dia (operações day trade), excetuadas as realizadas em plataforma eletrônica ou em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros devidamente justificadas em relatório atestado pelo AETQ;*
- (vii) Aplicar no exterior, ressalvados os casos expressamente previstos pela Resolução nº 4.994/22;*
- (viii) Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer forma;*
- (ix) Locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar ativos financeiros, exceto nas seguintes hipóteses:*
 - a) depósito de garantias em operações com derivativos;*
 - b) operações de empréstimos de ativos financeiros, nos termos do art. 29 da Resolução nº 4.994/22;*
- (x) As operações compromissadas devem ser lastreadas em títulos da dívida pública mobiliária federal interna.”*

3. Aprovar a alteração do “CAPÍTULO X – DA TRIBUTAÇÃO” do Regulamento, que passará a vigor com a seguinte redação:

**“CAPÍTULO X
DA TRIBUTAÇÃO**

Artigo 31 - As operações da carteira do FUNDO, de acordo com a legislação vigente, não estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda ou IOF, na modalidade TVM (“IOF/TVM”).

Artigo 32 - Os rendimentos auferidos pelos Cotistas do FUNDO serão tributados pelo imposto de renda na fonte, exclusivamente no resgate das cotas, à alíquota de 15% (quinze por cento), de acordo com a regulamentação em vigor.

Parágrafo Único – A ADMINISTRADORA e a GESTORA envidarão maiores esforços para manter a composição da carteira do FUNDO adequada à regra

tributária vigente, procurando assim, evitar modificações que impliquem em alteração do tratamento tributário do FUNDO e dos Cotistas.

Artigo 33 – *O disposto nos artigos anteriores não se aplica aos Cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.”*

4. Uma vez aprovadas as deliberações supracitadas, aprovar o novo Regulamento consolidado, tendo em vista as modificações havidas.

7

Ressaltamos V.Sa. deverá manifestar seus votos através de manifestação formal de voto, na forma anexa, devendo a mesma ser encaminhada para o seu distribuidor, até o horário da Assembleia.

Colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, bem como para disponibilizar a documentação pertinente. Em caso de dúvidas, consulte o gerente de relacionamento do seu distribuidor.

Atenciosamente,

BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM
- Administradora -

ACCESS APEX EQUITY HEDGE FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS
DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO

- CNPJ nº 26.831.986/0001-35 -

MANIFESTAÇÃO DE VOTO NA ASSEMBLEIA GERAL DE
COTISTAS, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024

Nome do Cotista:

CPF/CNPJ:

DELIBERAÇÕES:

1. Aprovar a inclusão do Parágrafo Segundo do Artigo 1º do Regulamento do Fundo, que passará a vigor com a redação acima exposta no instrumento de convocação.

APROVAR ☐

ABSTER-SE ☐

CONTRA ☐

2. Aprovar a alteração dos Artigos 4º e 5º do “CAPÍTULO III – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO”, de forma a refletir as alterações aplicáveis à política de investimento do Fundo em consonância com a alteração proposta na deliberação 1 acima, que passarão a vigor com a redação acima exposta no instrumento de convocação.

APROVAR ☐

ABSTER-SE ☐

CONTRA ☐

3. Aprovar a alteração do “CAPÍTULO X – DA TRIBUTAÇÃO” do Regulamento, que passará a vigor com a redação acima exposta no instrumento de convocação.

APROVAR ☐

ABSTER-SE ☐

CONTRA ☐

4. Uma vez aprovadas as deliberações supracitadas, aprovar o novo Regulamento consolidado, tendo em vista as modificações havidas.

APROVAR ☐
ABSTER-SE ☐
CONTRA ☐

Fica a Administradora autorizada a tomar todas as medidas necessárias ao cumprimento das deliberações aqui previstas.

_____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura